

CAUSP GT HABITAÇÃO

R1 ABRIL 2016

1º

RQ

RELATÓRIO QUADRIMESTRAL



PLANO
ATUAÇÃO
HIS

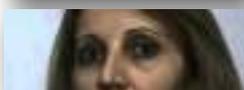
MEMBROS



Soriedem Rodrigues
coordenador



Francisco Lucio Mario Petracco
coordenador adjunto



Luzia Regina Scarpin Demarchi
secretária



Paulo Afonso Costa
titular



Christine Vazquez Iglesias
titular



Denis Roberto Castro Perez
substituto

CAUSP GT HABITAÇÃO

R1 ABRIL 2016

1º

RQ

CONSIDERAÇÕES INICIAIS...

O GT HAB, desde o início dos trabalhos, vem elaborando resumos de conteúdos de cada reunião no sentido de registrar toda a evolução do processo produtivo adotado.

Para a elaboração deste relatório quadrimestral, imposto pela Portaria 57/2015 CAUSP, o grupo entendeu que uma recomposição dos resumos produzidos no primeiro quadrimestre deste exercício atenderá plenamente o objetivo deste instrumento.

Posto este ser o primeiro de uma série de 3 e a necessidade de manter o histórico de todo o trabalho, decidiu-se pela inclusão neste relatório da proposta do GT HAB, na íntegra, de elaborar um Plano de Atuação em Habitação de Interesse Social, apresentada à presidência em dezembro de 2015 (final do relatório como anexo).

CAUSP GT HABITAÇÃO

R1 ABRIL 2016



RESUMO JANEIRO... A

PRIMEIRA REUNIÃO DE 2016

AVALIAÇÕES PONDERAÇÕES...

ENCONTRO GT HABITAÇÃO, MEIO AMBIENTE E ESTATUTO DA METRÓPOLE

Esse encontro foi avaliado e considerado pelo GT Habitação como um evento positivo, revelador de várias necessidades a serem trabalhadas em conjunto, além de confirmar, como relevante e urgente, a criação de uma agenda especial voltada a interação dos GT's para promover a participação e o relacionamento entre todos os membros e agentes envolvidos.

Reafirmou-se o entendimento de que os GT's são uma espécie de "Grupo de Consultoria e Assessoria" ao plenário por meio da presidência. Portanto, nessa direção, promover sintonia e sincronia entre os GT's revelou-se como fundamental para otimizar e, acima de tudo, qualificar os respectivos trabalhos / produtos à níveis cada vez mais elevados.

Outro ponto discutido e também considerado como necessário, foi a participação, mesmo que numa agenda mínima, da figura do presidente em reuniões do GT Habitação, no intuito de manter sempre alinhado os entendimentos e garantir uma sintonia com a linha de comando.

COMUNICAÇÃO EXTERNA DO GT HABITAÇÃO: AÇÕES e RECURSOS

Na primeira reunião de 2016 outra questão também foi objeto de avaliações e ponderações: a comunicação do GT HAB com a assessoria de imprensa do CAUSP.

Constatou-se que o GT está "poupando", desnecessariamente, a divulgação dos seus trabalhos, a medida que não envia material para produção jornalística sobre o tema. Observou-se também, nessas avaliações, o quanto é preciso, além de alimentar regularmente uma divulgação, apresentar e esclarecer para a assessoria de imprensa os entendimentos e diretrizes dos trabalhos ora em desenvolvimento. Manter a integridade dos entendimentos na comunicação do CAUSP sobre o tema é imprescindível. Para tanto, optou-se pela montagem de uma agenda de trabalhos do GT HAB que incluía a necessária participação da assessoria de imprensa do CAUSP.

Finalizando as ponderações, foi também confirmada a inclusão na agenda do GT dos convites aos agentes externos já identificados como possíveis alvos de parceria e colaboração.

CAUSPGTHABITAÇÃO

R1 ABRIL 2016



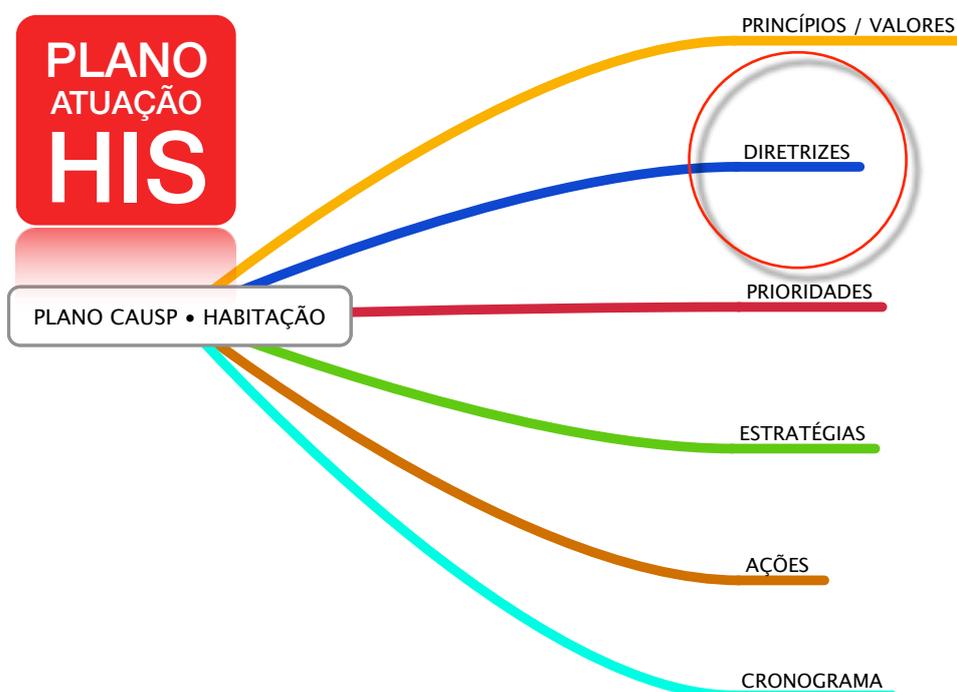
RESUMO JANEIRO... B

DISCUSSÃO DIRETRIZES...

DESENVOLVIMENTO: RELEVOS

Na continuidade do desenvolvimento do Plano de Atuação em Habitação de Interesse Social para o CAU, a discussão predominante fechou uma trajetória em torno do estabelecimento de diretrizes para a consecução do objetivo proposto para o instrumento.

Observou-se também a importância desta fase dos trabalhos, pois serão as diretrizes que determinarão a amplitude e abrangência da atuação do CAU, bem como toda a infraestrutura necessária para implementação do Plano.



CAUSPGTHABITAÇÃO

R1 ABRIL 2016



RESUMO JANEIRO... C

DISCUSSÃO DIRETRIZES...

DESENVOLVIMENTO: REALIDADE

Nessa órbita, a realidade do GT e a do CAU foram novamente expostas. A do GT HAB evidencia o compromisso de desenvolver o Plano e implementá-lo e a realidade do CAU é reveladora de uma condição de instituição ainda em formação.

A realidade merece uma atenção especial quando se confronta o dimensional dos trabalhos os prazos, pois no próximo mês de junho o Plano deverá estar fechado. Para tanto, o GT terá apenas 12h de trabalho em grupo, 4 reuniões ordinárias, portanto, deverá obrigatoriamente resumir etapas e otimizar ações.

O fator tempo sempre será um limitador da condição de conteúdo do produto a ser elaborado, assim, somente se o GT conquistar concessões de horas extraordinárias, a chance de se alavancar ganhos para o quesito qualidade poderá ser ampliada.

DESENVOLVIMENTO: ABORDAGEM

Nessa abordagem dos trabalhos, para facilitar o processo de definições, adotou-se que o Plano deverá se desenvolver sobre dois eixos:

- 1. eixo estrutural**
- 2. eixo operacional**

O eixo estrutural é voltado à dinâmica externa ao CAU e contém toda a essência do Plano, ou seja, todas as definições para a atuação do CAU no cenário nacional.

O segundo eixo, operacional, abrange a conjuntura interna do CAU, compreende as definições unicamente dependentes de seus entendimentos e compromissos, assim como, obviamente, de suas decisões. Este eixo contempla todas as necessidades de infraestrutura para implantar e manter a atuação planejada.

CAUSP GT HABITAÇÃO

R1 ABRIL 2016

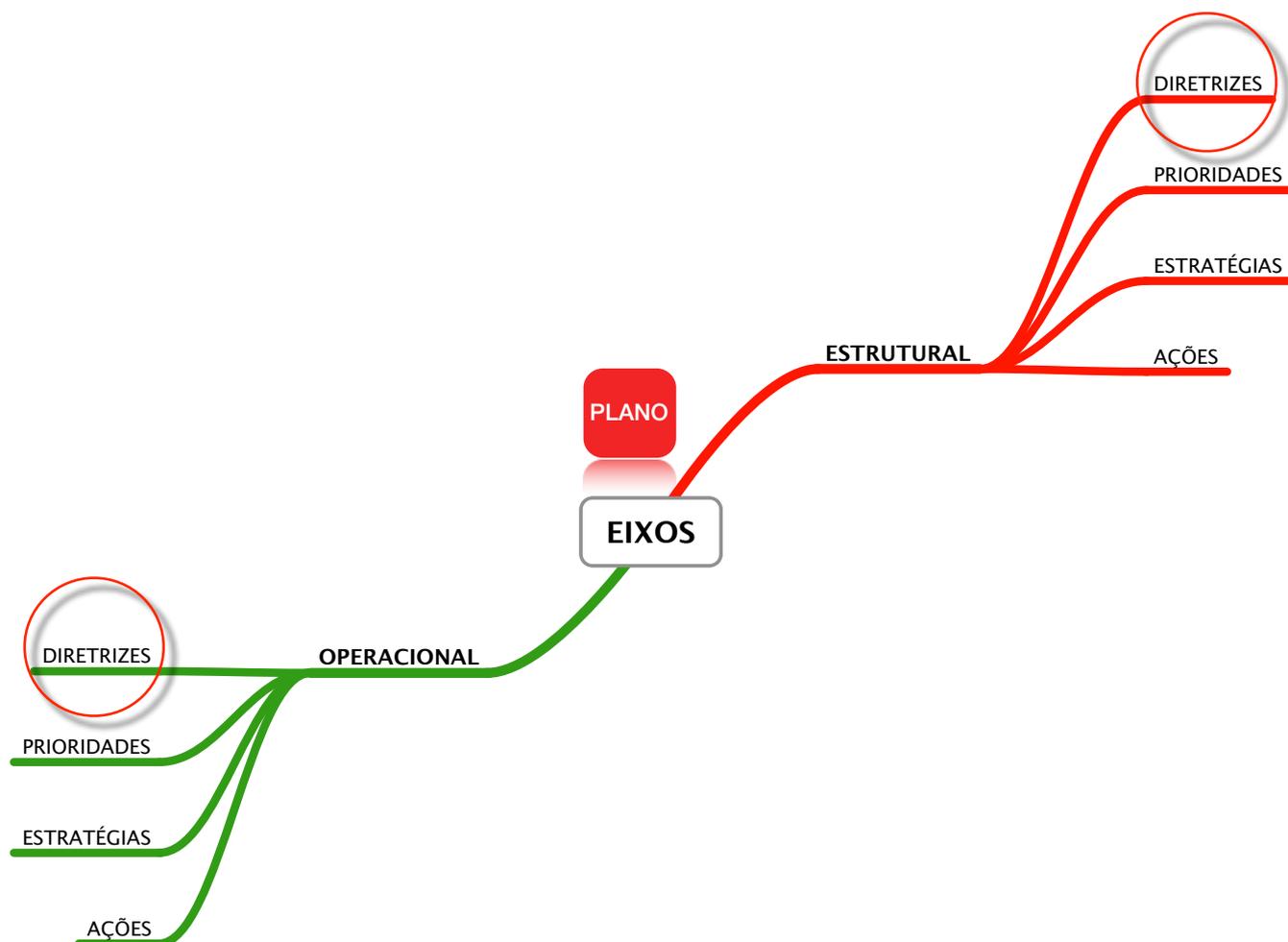


RESUMO JANEIRO... D

DISCUSSÃO DIRETRIZES...

DESENVOLVIMENTO: EIXOS

Nesse entendimento, serão definidas diretrizes, prioridades, estratégias e ações para cada um dos eixos.



CAUSPGTHABITAÇÃO

R1 ABRIL 2016



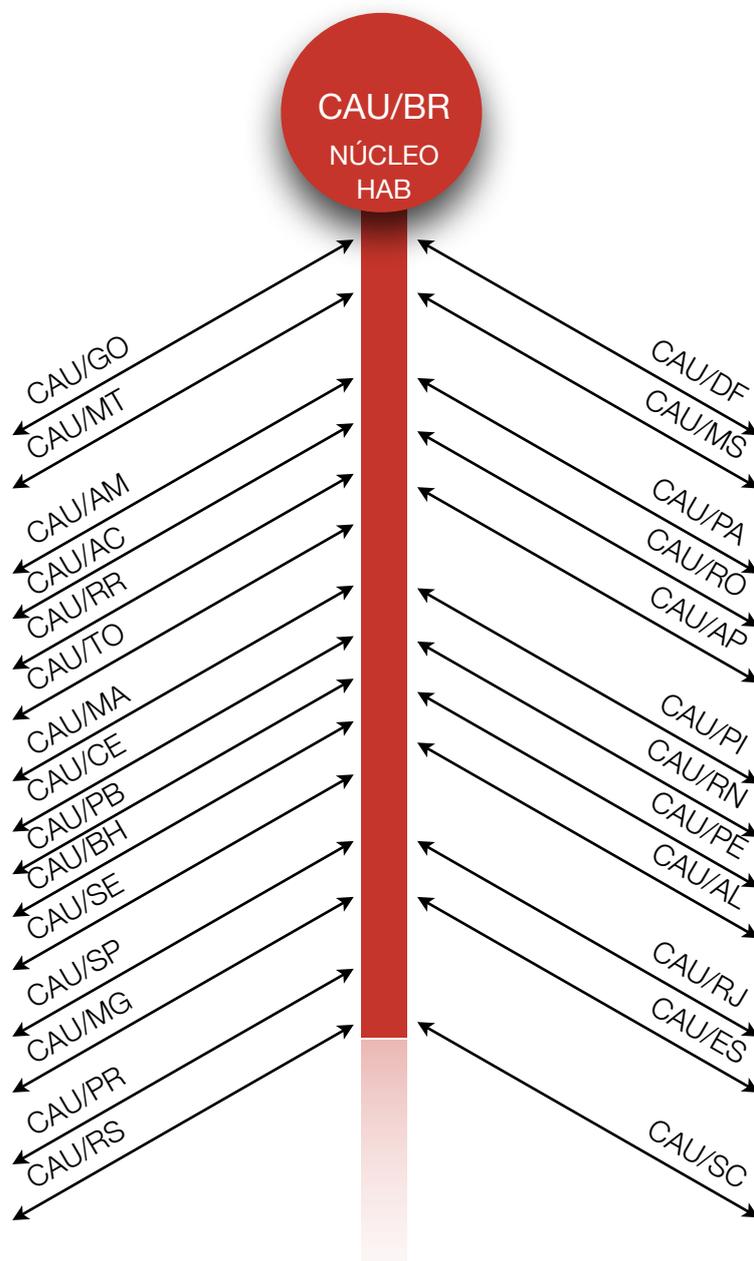
RESUMO JANEIRO... E

DISCUSSÃO DIRETRIZES...

DESENVOLVIMENTO: EIXO OPERACIONAL

A criação de um "NÚCLEO DE HABITAÇÃO" é aqui apresentada, para discussão e avaliação do grupo, como uma primeira diretriz operacional.

O CAU para implantar e manter um processo contínuo de atuação no cenário nacional precisará ter um centro de comando e células de atuação no Distrito Federal e em cada estado.



CAUSPGTHABITAÇÃO

R1 ABRIL 2016



RESUMO FEVEREIRO...A

AVALIAÇÕES PONDERAÇÕES...

COMUNICAÇÃO EXTERNA DO GT HABITAÇÃO: ENCAMINHAMENTOS

Na segunda reunião, fevereiro de 2016, a questão de comunicação externa do GT HAB foi abordada e avaliada com a Assessora de Comunicação do CAU/SP, Danielle Moraes, presente em atendimento ao solicitado.

A assessoria descreveu brevemente as condições atuais dos serviços de comunicação do CAU/SP, bem como observou possibilidades de ampliações e melhorias iminentes desses serviços em função de licitação específica, ora em andamento.

Para divulgação imediata de materiais do GT HAB no site do CAU/SP está aberto canal direto por meio dessa assessoria. Para tanto, basta apenas enviar matéria formatada em PDF. Para esse canal não está, até o momento, imposto limite quantitativo para publicações, entretanto, fora observado que a gerência e controle do site é prerrogativa da presidência.

A assessora Danielle também informou resumidamente sobre a inserção de matérias do GT HAB na Revista bimestral do CAU/SP e observou que detalhes para tal procedimento serão enviados posteriormente.

Finalizando, ficou o entendimento comum sobre a relevância da participação dessa assessoria no processo de trabalho do GT HAB, no sentido de garantir fidelidade e melhor qualidade à comunicação do CAU/SP sobre o tema.

PUBLICIDADE CONTEÚDO GT HABITAÇÃO: EVENTO EXTERNO

Sobre a importância de ampliar a discussão do trabalho em desenvolvimento pelo GT HAB, prosseguiu-se com a intenção de realizar um evento público no próximo mês de abril. Possibilidades de Formatação, conteúdo, programação, entre outras necessidades para realizar esse evento, deverão ser objeto de análise da próxima reunião ordinária de março.

INTEGRAÇÃO DOS GTs CAU/SP: ELABORAÇÃO PDUI / RMSP

Na direção estabelecida para fomentar a integração entre os GTs do CAU/SP, cabe lembrar o processo iniciado há quatro meses de elaboração do PDUI/RMSP - Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo, cuja agenda foi projetada até dezembro de 2016. Esse instrumento, estabelecido pelo Estatuto da Metrópole, desencadeou um amplo processo de planejamento e deverá manter canais participativos, os quais poderão ser utilizados por todos os públicos interessados. Portanto, uma ampla discussão participativa sobre o desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo poderá ser um ótimo exercício de integração para os grupos de trabalho instituídos no CAU/SP. É só começar!

CAUSPGTHABITAÇÃO

R1 ABRIL 2016

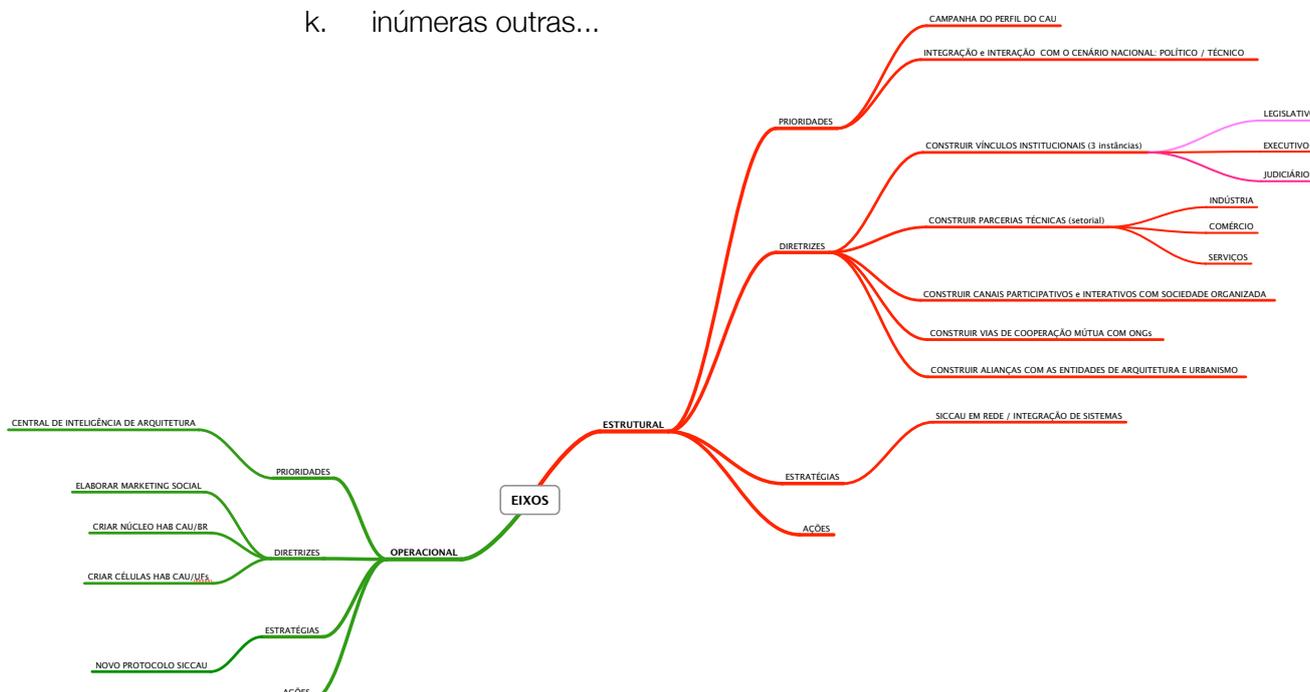


RESUMO FEVEREIRO... B

DISCUSSÃO EIXOS...

Quando se iniciou a discussão para estabelecer caminhos para o objetivo traçado, inúmeras condições e necessidades começaram a emergir:

- conjuntura nacional para o exercício da arquitetura e urbanismo;
- realidade do CAU no contexto nacional;
- CAU e a sociedade organizada;
- CAU nos processos de construção de políticas públicas;
- CAU e os legislativos - federal / estadual / municipais;
- CAU e os executivos - federal / estadual / municipais;
- CAU e o judiciário;
- CAU e a cadeia produtiva nacional;
- CAU e as entidades de arquitetura e urbanismo;
- CAU como executivo federal; e
- inúmeras outras...



CAUSPGTHABITAÇÃO

R1 ABRIL 2016

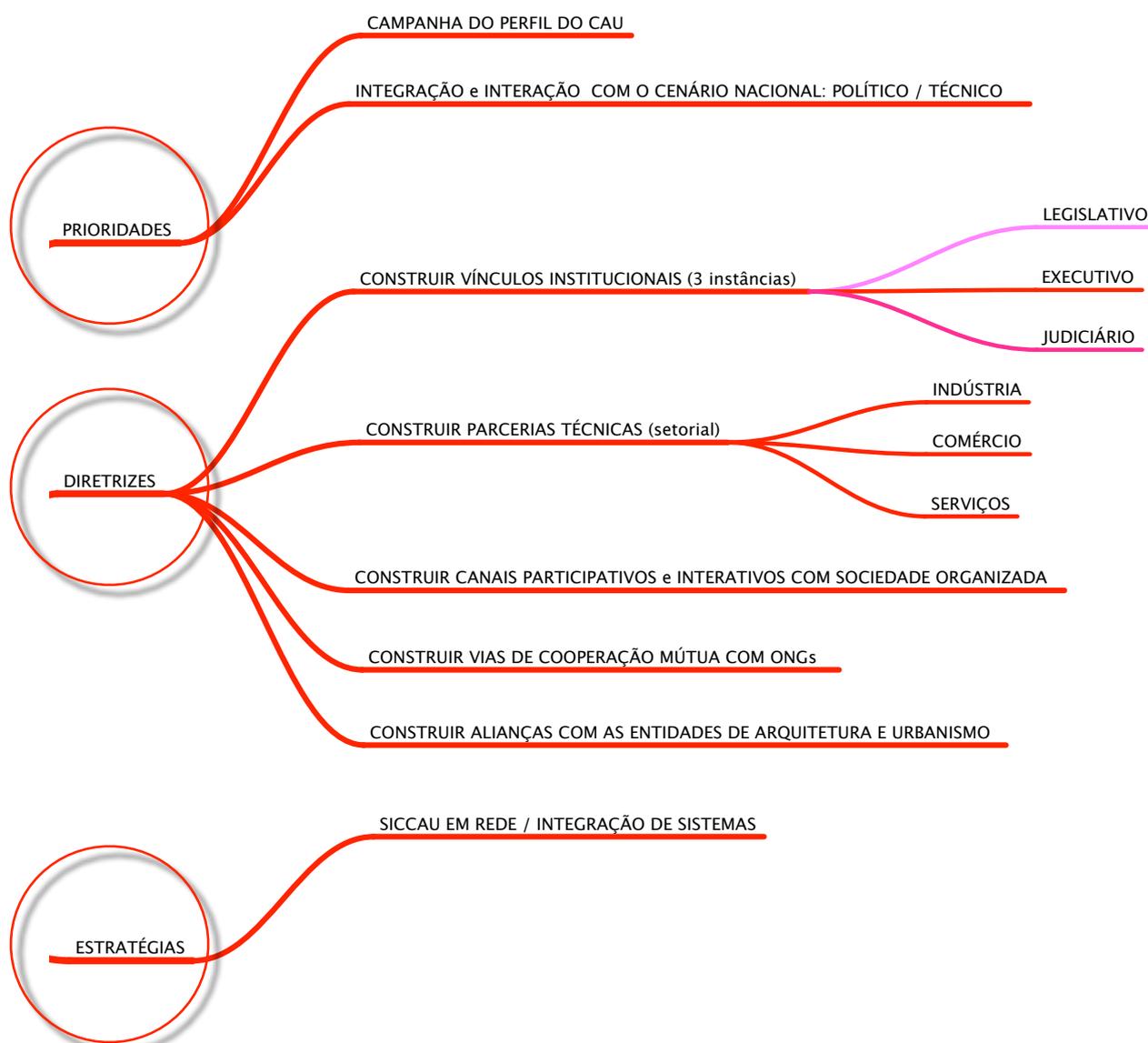
1º
RQ

RESUMO DE FEVEREIRO... C

PLANO
ATUAÇÃO
HIS

DISCUSSÃO EIXO ESTRUTURAL...

DESENVOLVIMENTO:
PRIORIDADES
DIRETRIZES
ESTRATÉGIAS



CAUSPGTHABITAÇÃO

R1 ABRIL 2016

1º
RQ

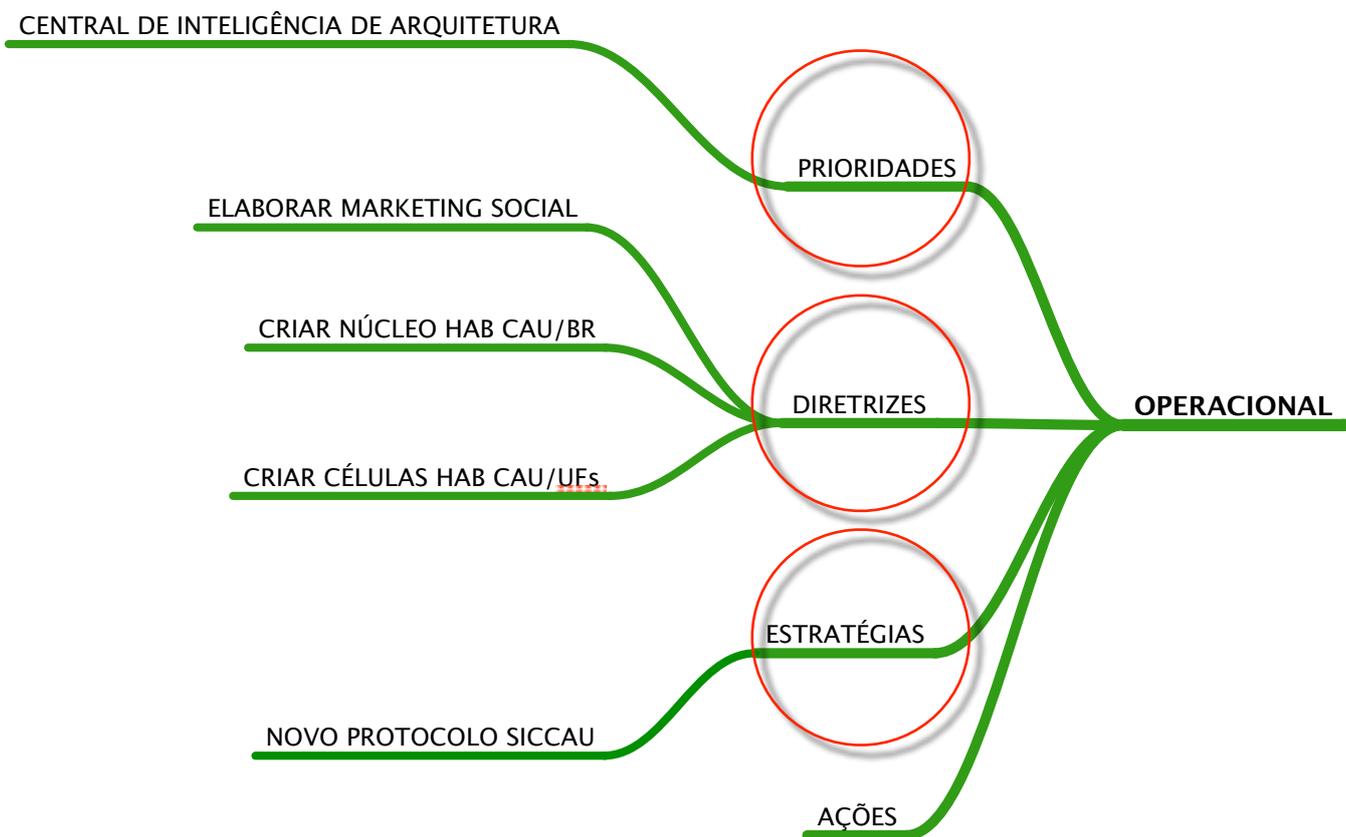
RESUMO DE FEVEREIRO... D

PLANO
ATUAÇÃO
HIS

DISCUSSÃO EIXO OPERACIONAL...

DESENVOLVIMENTO:

- PRIORIDADES
- DIRETRIZES
- ESTRATÉGIAS



CAUSP GT HABITAÇÃO

R1 ABRIL 2016



RESUMO DE FEVEREIRO... E

AVALIAÇÕES PARALELAS...

SOLICITAÇÃO GT MEIO AMBIENTE: QUESTIONÁRIO

Com referência ao questionário do GT Meio Ambiente é necessário tecer alguns comentários, no sentido de alinhar contextos.

O referido questionário foi estruturado aos grupos que optaram por trabalharem diretamente seu tema, visando um horizonte de respostas à problemática estudada, diagnosticada.

O GT HAB não seguiu esse caminho, optou, posto a conhecida condição neonatal, por preparar o CAU para atuar contínua e institucionalmente o tema. Portanto, as respostas as duas primeiras questões deverão, obrigatoriamente, ser adaptadas. Cabe observar que, nessa linha, o próprio GT Meio Ambiente também teria que adequar respostas caso decidisse por auto aplicar seu questionário.

Questões apresentadas / Sugestões de respostas para debate do GT:

1 - Quais os grandes temas na área ambiental frente aos estudos que seu GT realiza?

No entendimento deste membro, pelo viés de adequação comentado, existem duas grandes âncoras do processo estabelecido pelo GT HAB: a primeira é a "Política Pública" e a segunda é gama de "Princípios - enquanto valor humano". Assim, formatando a resposta para primeira questão, pode-se externar como de relevo social a elaboração e implantação de Políticas Públicas Ambientais que promovam a equidade nas decisões que envolvam meio ambiente natural e habitação.

2 - Quais as dificuldades encontradas para o desenvolvimento destes?

Mantendo o vínculo desta questão estabelecido no questionário e a resposta formatada para a primeira, os obstáculos quando da elaboração e implantação de tais políticas é a "famigerada" desinformação sobre o tema. Ainda não assimilamos enquanto sociedade o respeito ao meio ambiente como um valor humano, conseqüentemente, não o temos como princípio paramétrico das nossas decisões. Essa lacuna na formação social amplia consideravelmente a distância a ser percorrida na direção do horizonte tão procurado, onde a dita ocupação seja sustentável.

3 - Dentro da visão do seu GT, como este caderno pode colaborar de forma mais ampla?

Elaborar um recurso técnico, "CADERNO", para o entendimento e intervenção sobre o tema "Meio Ambiente" é, indiscutivelmente, um trabalho gigantesco. O recorte estabelecido pelo convênio, território do Estado de São Paulo, não altera as proporções desse trabalho, pois esse instrumento de orientação deverá conter todo o repertório legal e técnico voltado ao tema, existente nas três instâncias: federal, do próprio Estado e dos 645 municípios que formam a base diretamente responsável pelos parâmetros da ocupação. O formato de caderno só aumenta o peso específico do processo, pois manterá tal recurso como um instrumento "aberto" para receber constantes atualizações, aliás, condição essencial e imprescindível para esse recurso. Assim, como proposto, o "CADERNO" trará uma contribuição proporcional ao processo de elaboração, ou seja, colossal.

CAUSPGTHABITAÇÃO

R1 ABRIL 2016



RESUMOMARÇO...A

AVALIAÇÕES PONDERAÇÕES...

PUBLICIDADE CONTEÚDO GT HABITAÇÃO: EVENTO EXTERNO

Após avaliações sobre o contexto atual dos trabalhos do GTHAB e ponderações sobre as necessidades para elaboração de um evento externo, o grupo decidiu pela alteração da época de sua realização. Esse evento deverá ocorrer no segundo semestre deste exercício em data a ser acordada.

INTEGRAÇÃO DOS GTs CAU/SP: PARTICIPAÇÃO GTHAB NO PDUI / RMSP

Seguindo a linha proposta para promover uma integração entre os GTs, participação na elaboração do PDUI/RMPS, O GTHAB deverá focar sua atividade no setor Habitação, apresentado como uma das “Questões Metropolitanas” abordadas na metodologia adotada.

informações e imagens extraídas do site: <https://www.pdui.sp.gov.br>.



O que é?

O PDUI é um instrumento legal de planejamento que estabelece as diretrizes, projetos e ações para orientar o desenvolvimento urbano e regional, buscando reduzir as desigualdades e melhorar as condições de vida da população metropolitana.



Metodologia

O PDUI deverá considerar propostas setoriais presentes em vários planos. Deverá, ainda, considerar as proposições constantes dos planos diretores municipais e aprovadas nas respectivas Câmaras Municipais. As políticas públicas serão formuladas com base no território.

CAUSP GT HABITAÇÃO

R1 ABRIL 2016

1º RQ

RESUMO MARÇO... B

AVALIAÇÕES PONDERAÇÕES...

INTEGRAÇÃO DOS GTs CAU/SP: PARTICIPAÇÃO GTHAB NO PDUI / RMSP

informações e imagens extraídas do site: <https://www.pdui.sp.gov.br>.



Nova estrutura urbana

A formulação do PDUI é um desafio, mas também uma oportunidade para se definir a estrutura urbana desejada para o futuro da região, explorando seu imenso potencial em sintonia com a diversidade e a pluralidade características do território.



Resultados esperados

O PDUI será a base para propostas de políticas públicas para o território da RMSP, incluindo a alocação de recursos orçamentários, do ponto de vista interfederativo e do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano.



CAUSPGTHABITAÇÃO

R1 ABRIL 2016



RESUMOMARÇO... C



DISCUSSÃO EIXO ESTRUTURAL...

DESENVOLVIMENTO:
PRIORIDADES

CAMPANHA DO PERFIL DO CAU:

É imprescindível e prioritário que o CAU chegue à sociedade com um novo perfil:
...de **Serviço Público Federal para toda a sociedade.**

A imagem abaixo é apenas um exemplo de seleção e direcionamento de conteúdo informativo sobre a atuação do respectivo serviço público federal.

A ANAC atua para promover a segurança da aviação civil e para estimular a concorrência e a melhoria da prestação dos serviços no setor. O trabalho da Agência consiste em elaborar normas, certificar empresas, oficinas, escolas, profissionais da aviação civil, aeródromos e aeroportos e fiscalizar as operações de aeronaves, de empresas aéreas, de aeroportos e de profissionais do setor e de aeroportos, com foco na segurança e na qualidade do transporte aéreo. Leia mais na Lei de Criação da ANAC (Lei nº 11.182/2005). www.anac.gov.br



CAUSP GT HABITAÇÃO

R1 ABRIL 2016

1º

RQ

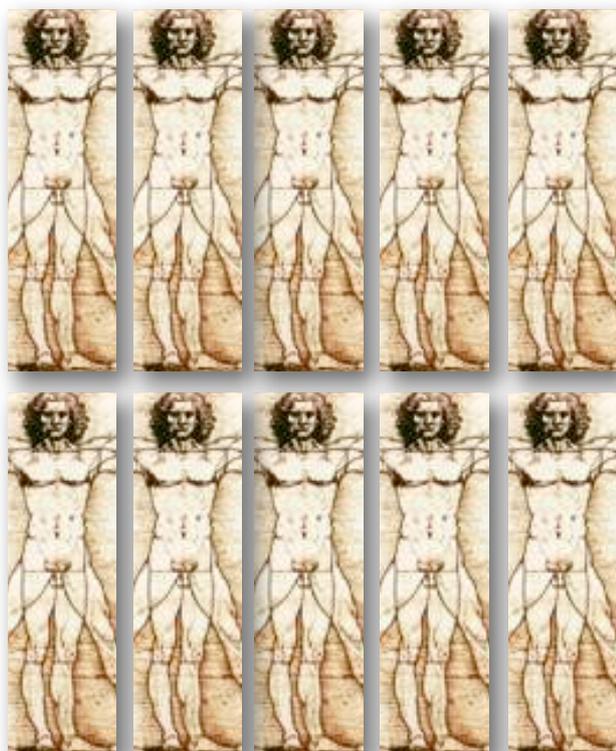
RESUMO MARÇO... D

PLANO
ATUAÇÃO
HIS

DISCUSSÃO EIXO ESTRUTURAL...

DESENVOLVIMENTO:
PRIORIDADES**INTEGRAÇÃO E INTERAÇÃO COM O CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL E COM O CENÁRIO TÉCNICO:**

A função do CAU é a de regulação e controle do exercício da arquitetura e urbanismo. Portanto, não há como cumprir essas práticas sem integrar-se e interagir com a política nacional, como também com o universo técnico em constante expansão.



SOCIEDADE / CONHECIMENTO

CAUSP GT HABITAÇÃO

R1 ABRIL 2016



RESUMO ABRIL... A

AVALIAÇÕES PONDERAÇÕES...

REUNIÃO DE COORDENADORES DE GT's

Informações segundo a coordenação do GT HAB: a última reunião de coordenadores foi densa e esclarecedora, manteve-se o foco na avaliação do conteúdo produzido pelos GTs até então, em função das necessidades da presidência e da compatibilidade com os estabelecimentos da Portaria 57/2015 do CAUSP. Observou também a coordenação que a produção, procedimentos e condutas do GT HAB estavam alinhados à expectativa da presidência e não revelou conflitos com regra citada.

A proposta de uma ampla participação dos GTs do CAUSP no processo de elaboração do PDUI/RMSP - Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo, como forma de integração e interação entre os Grupos de Trabalho, por meio do exercício do planejamento, infelizmente não teve a oportunidade de ser exposta na última reunião de coordenadores. Assim, permanece a expectativa do GT HAB dessa proposta vir a ser discutida brevemente.

INTERPRETAÇÃO DA PORTARIA 57/2015

Considerando que os membros do GT HAB até o momento desconheciam a existência de tal regulamentação, muito embora a mesma tenha sido uma resolução ocorrida em março de 2015, cabe, frente a essa informação, algumas interpretações / avaliações:

Quanto ao Relatório Quadrimestral citado no artigo 3º, inciso III, na Sessão I

Art. 3º Aos Grupos de Trabalho competem:

I – trabalhar sobre temas técnicos específicos relacionados à Arquitetura e Urbanismo, que atendam aos interesses e estejam, de acordo com as necessidades do CAU/SP, respeitadas as finalidades previstas na legislação;

II – propor plano de trabalho anual do GT em que estejam configurados os objetivos e resultados para aprovação da Presidência e no qual estejam contidas as seguintes ações:

a) elaborar conteúdo relacionado ao seu tema de debate para produção de material a ser divulgado nos meios de comunicação do CAU/SP;

b) propor a realização de eventos e seminários, nas áreas relacionadas aos temas de estudo, voltados aos profissionais arquitetos e urbanistas com o objetivo do aperfeiçoamento profissional da classe.

CAUSPGTHABITAÇÃO

R1 ABRIL 2016



RESUMO ABRIL... B

AVALIAÇÕES PONDERAÇÕES...

INTERPRETAÇÃO DA PORTARIA 57/2015 (continuação)

III – apresentar quadrimestralmente um relatório das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho para fins de composição do Relatório de Gestão do CAU/SP;

IV – apresentar o resultado de seus trabalhos ao Plenário do CAU/SP, quando por este solicitado ou ainda por solicitação do Presidente.

Parágrafo primeiro. Compete ao Presidente do CAU/SP a aprovação das ações previstas nos incisos II, “a” e “b”, III e IV do caput do presente artigo, as que deverão ser encaminhadas formalmente à Presidência, através de Memorando dos Grupos de Trabalho.

O GT HAB vem produzindo mensalmente resumos de conteúdos desenvolvidos desde a primeira reunião. Esses resumos guardam, cronologicamente, a ordem do processo produtivo adotado. Assim, os membros do GT HAB entendem que para o pleno atendimento da exigência citada, “Relatório Quadrimestral”, basta somente uma recomposição do acervo já produzido, iniciando esse cumprimento para este ano com a entrega dos resumos de Janeiro, fevereiro, março e abril de 2016.

Quanto ao Plano de Trabalho estabelecido pelo respectivo artigo 9º da Sessão II;

“Art. 9º Os membros dos Grupos de Trabalho deverão elaborar um plano de trabalho, para o desenvolvimento das atividades necessárias ao seu tema específico, no prazo de até 60 (sessenta) dias de sua constituição.

Parágrafo primeiro. O plano de trabalho de que trata o caput do presente artigo deverá ser definido entre os membros que compõe o Grupo de Trabalho respectivo, registrado em ata e encaminhado ao Presidente do CAU/SP para a aprovação.

Parágrafo segundo. O plano de trabalho de cada Grupo de Trabalho deverá conter no mínimo:

I – um plano de ação detalhado, com a definição dos temas a serem discutidos; e

II – a previsão e justificativas para a realização de eventos e de produção de material gráfico;”

Confrontando o estabelecido pela Portaria com o material produzido pelo GT HAB desde o início e, em dezembro último, formatado como proposta à presidência do CAUSP para elaboração de um “Plano de Atuação do CAU em HIS”, concluiu o grupo que o trabalho executado à época atendeu satisfatoriamente tal determinação.

Todos os demais estabelecimentos contidos nessa Portaria, confrontados com os procedimentos e condutas do GT HAB, não apresentaram qualquer conflito, sendo portanto, desnecessária outras avaliações. Cabe somente algumas adequações no cronograma apresentado, caso a presidência apresente novas demandas ou determine outros procedimentos ou prazos.

CAUSPGTHABITAÇÃO

R1 ABRIL 2016



RESUMO ABRIL... C

DISCUSSÃO EIXO ESTRUTURAL...

DESENVOLVIMENTO:
PRIORIDADES

ALTERAÇÃO DO PERFIL DO CAU

Na discussão sobre a primeira prioridade eleita para o “EIXO ESTRUTURAL”, alteração do perfil do CAU junto à sociedade, foi apresentado, como exemplo, para análise e comparação, em termos de comunicação sobre serviço público federal, o site da ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil. Decidiu-se então por estender as considerações sobre este exemplo com a finalidade de ampliar e fixar entendimentos.

Todas imagens são recortes do site da ANAC inseridas neste comentário para ilustrar, além do sentido da linguagem, também a intenção da comunicação.



A ANAC atua para promover a segurança da aviação civil e para estimular a concorrência e a melhoria da prestação dos serviços no setor. O trabalho da Agência consiste em elaborar normas, certificar empresas, oficinas, escolas, profissionais da aviação civil, aeródromos e aeroportos e fiscalizar as operações de aeronaves, de empresas aéreas, de aeroportos e de profissionais do setor e de aeroportos, com foco na segurança e na qualidade do transporte aéreo. Leia mais na Lei de Criação da ANAC (Lei nº 11.182/2005). www.anac.gov.br



CAUSPGTHABITAÇÃO

R1 ABRIL 2016



RESUMO ABRIL... D

ALTERAÇÃO DO PERFIL DO CAU (continuação)

DESENVOLVIMENTO: PRIORIDADES

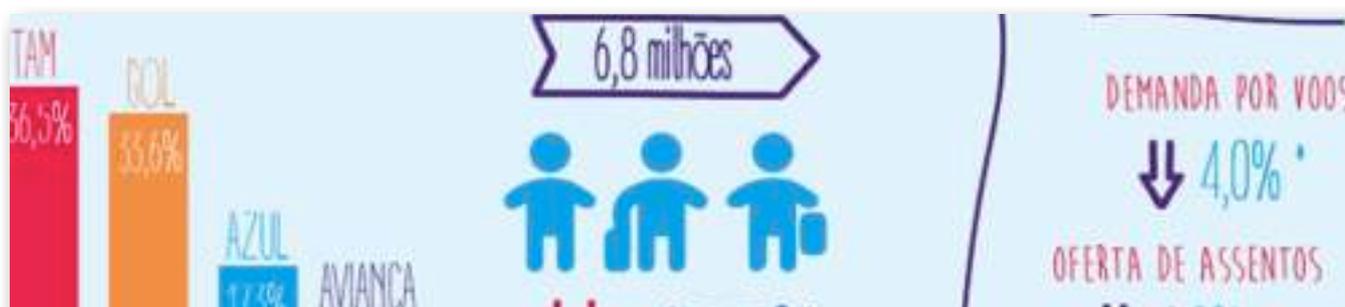
As Agências Reguladoras, assim como os Conselhos Profissionais, são autarquias em regime especial, criadas por lei, pessoas jurídicas de direito público, dotadas de autonomia e integram a Administração Pública Indireta. Possuem finalidades semelhantes, regular e controlar atividades de determinado setor, ou setores da dinâmica social.

O exemplo adotado, a ANAC, é uma figura jurídica comparável a do CAU, é uma autarquia federal, um serviço público à disposição de toda a sociedade, só que voltada à regulação e controle da aviação civil no território nacional.



Todo esse exercício comparativo tem a finalidade de destacar as "linhas de comunicação" com a sociedade que cada um desses serviços públicos adota.

Os conselhos profissionais, por via de regra, identificam como seu público alvo, praticamente, o próprio universo de profissionais. Limitam o relacionamento com a sociedade a frestas deixadas em suas trincheiras comunicativas para canais de denúncia, legislação e administração de conflitos. A comunicação direta com a sociedade é muito discreta e isolada. Integração e interação, condições imprescindíveis à prestação de serviço público decente, eficiente e atualizado, ainda não estão nas respectivas rotinas comunicativas. Como essa comunicação é falha, a sociedade desconhece a função da maioria dos conselhos profissionais e, conseqüentemente, não os identifica enquanto serviço público. Do outro lado dessa barreira, desconsiderando a própria realidade, os conselhos profissionais seguem mantendo grande parte de suas ações distantes dessa identidade.



CAUSPGTHABITAÇÃO

R1 ABRIL 2016



RESUMO ABRIL... E

DESENVOLVIMENTO: ALTERAÇÃO DO PERFIL DO CAU (continuação) PRIORIDADES

As agências reguladoras, por sua vez, assumiram cada uma a sua gênese de serviço público em termos de linguagem de comunicação com a sociedade. Elas se mostram à sociedade como prestadoras de serviços e se identificam como um serviço público federal e não simplesmente como um órgão de fiscalização.

O perfil institucional em construção ou construído dessas agências, revelam identidades de serviço público que são reconhecidas pela sociedade.



Nesse eixo de direcionamento e entendimento, é imprescindível que o CAU quebre as barreiras de condutas e de linguagem de comunicação incrustadas nos conselhos profissionais.

Apresentar-se à sociedade, criar canais públicos de integração e interação com o exercício da arquitetura e urbanismo é prioritário para o CAU.

CAUSPGTHABITAÇÃO

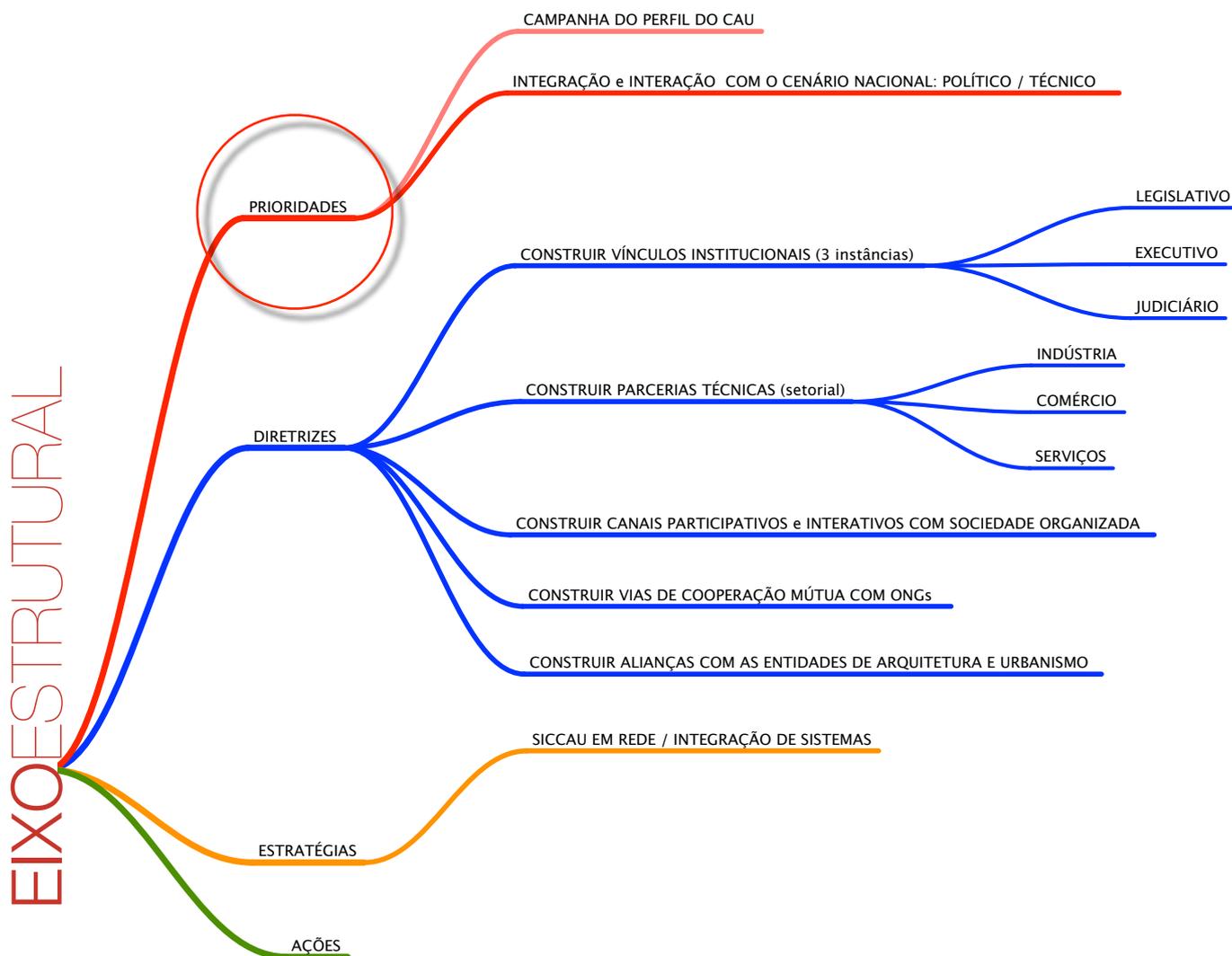
R1 ABRIL 2016



RESUMO ABRIL... F

DESENVOLVIMENTO: INTEGRAÇÃO E INTERAÇÃO COM O CENÁRIO NACIONAL
 PRIORIDADES Político / Técnico

Na continuidade da discussão das prioridades do “EIXO ESTRUTURAL”, está exposto para análise: o CAU no cenário nacional, político e técnico.



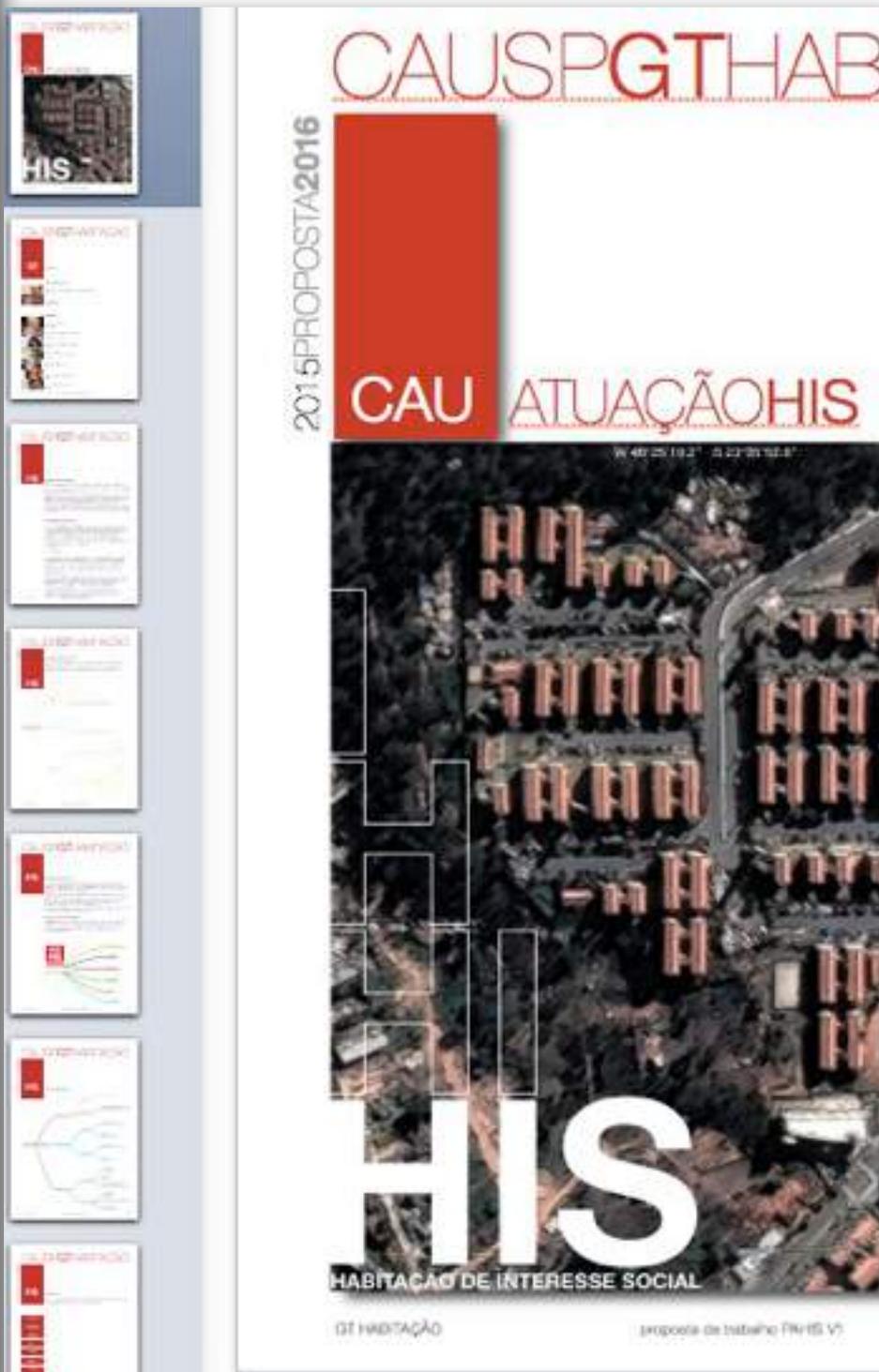
CAUSPGTHABITAÇÃO

R1 ABRIL 2016

1º

RQ

ANEXO PACHIS...



Toda proposta de planejamento está apresentada a partir da próxima pagina.

CAUSP GT HABITAÇÃO

2015 PROPOSTA 2016

CAU ATUAÇÃO HIS

W 46°25'19.2" S 23°35'52.8"



HIS

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

imagem editada PAC / fonte Google Earth Pro

CAUSP GT HABITAÇÃO

2015 PROPOSTA 2016

GT

CRÉDITOS...

PRESIDÊNCIA CAUSP



Gilberto Silva Domingues de Oliveira Belleza
presidente



Valdir Bergamini
vice presidente

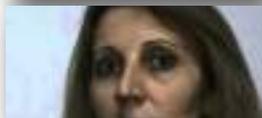
MEMBROS



Soriedem Rodrigues
coordenador



Francisco Lucio Mario Petracco
coordenador adjunto



Luzia Regina Scarpin Demarchi
secretária



João Sette Whitaker Ferreira
titular



Paulo Afonso Costa
titular



Christine Vazquez Iglesias
substituta



Denis Roberto Castro Perez
substituto

HIS

CONSIDERAÇÕES INICIAIS...

O Grupo de Trabalho instituído pelo CAUSP para explorar o tema “habitação” é composto por 7 profissionais, ao qual fora atribuído apresentar diretrizes de atuação do Conselho para esse contexto.

Quando o foco está na problemática habitacional brasileira, observa-se um universo gigantesco e complexo. Um cenário rico e precário dominado pelas contradições. Quando o foco é direcionado ao CAU, identifica-se um “ser” em formação, uma “criança”, muito embora saudável, determinado e prodigioso, ainda exala, obviamente, a fragilidade e a imaturidade pertinentes à idade. Portanto, o trabalho atribuído ao Grupo, o Conselho no cenário habitacional, nem de longe é uma tarefa fácil, simples.

ENTENDIMENTOS BÁSICOS...

Frente à responsabilidade na conjuntura observada, o GT iniciou os trabalhos pelo caminho do nivelamento de informações e de entendimentos entre seus membros. Profissionais agrupados pelo Conselho para explorar o tema “habitação”. Esta condição exigiu de cada membro do GT uma reflexão inicial, no sentido, de identificar qual viés do tema deveria ser alvo de exploração pelo Conselho.

Desse processo de busca, emergiu a necessidade de nivelar alguns entendimentos, entre eles, dois mostraram-se como básicos:

1. Habitação
2. Função do GT

Considerando que o CAU, Conselho de Arquitetura e Urbanismo, é a instituição responsável pela regulação e controle do exercício profissional da arquitetura e urbanismo no território brasileiro. É uma autarquia federal de serviço público à disposição de toda a sociedade e administrada por arquitetos e urbanistas.

O Conselho é único, CAU/BR, e atua nacionalmente por meio de unidades federativas (estados).

Frente a essa conjuntura, para habitação, entendeu-se que o processo de trabalho do Grupo não deverá focar simplesmente o objeto construído, o abrigo, mas sim abordar o conceito mais amplo: Habitação como conjunto de relações estabelecidas, visando garantir um padrão de qualidade de vida.

Habitação é muito mais do que o abrigo propriamente dito, habitação é saneamento, infraestrutura, renda (trabalho), transporte, segurança pública, segurança na posse, educação, saúde, lazer, etc.

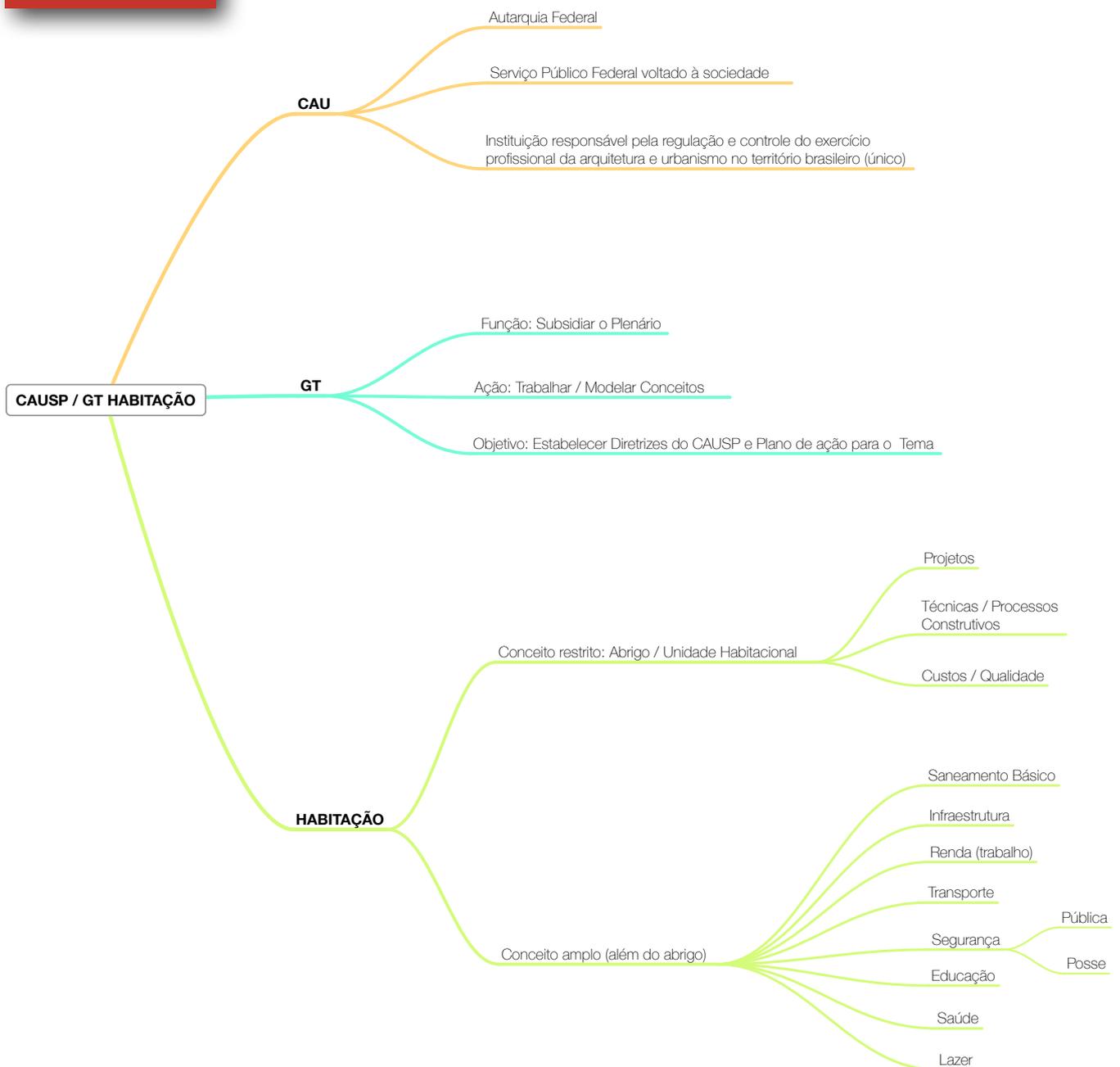
CAUSP GT HABITAÇÃO

2015PROPOSTA2016

HIS

ENTENDIMENTOS BÁSICOS...

Para o segundo entendimento básico, função do GT, a prática é a de subsidiar o CAU, por meio do CAUSP, neste caso, no estabelecimento de diretrizes e no processo de modelagem de atuação do Conselho no tema habitação.



HIS

IDENTIFICAÇÃO DO ALVO...

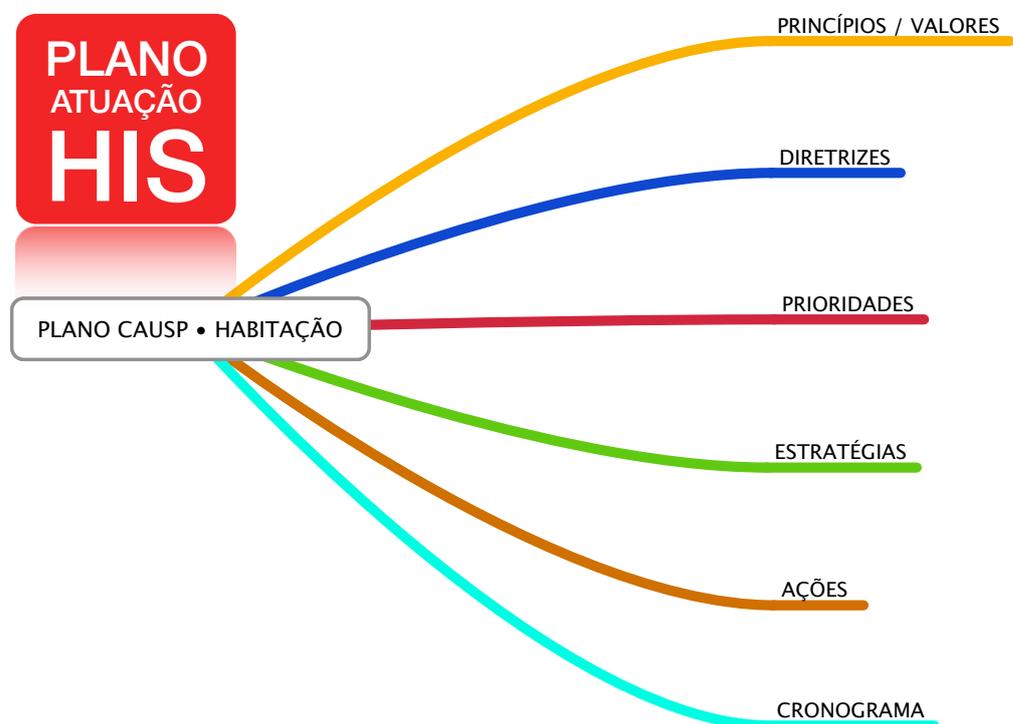
Frente aos entendimentos básicos, o GT concluiu que o CAU, como agente regulador e controlador do exercício da arquitetura e urbanismo no Brasil, deve apresentar e defender seus princípios, valores, junto às instâncias responsáveis pela geração e implantação de políticas públicas.

O CAU deve participar e contribuir na construção de respostas aos problemas habitacionais. Para tanto, é imprescindível estabelecer parcerias estáveis com os municípios, estados e união, compromissadas com a produção territorial direcionada à constante melhoria da qualidade de vida.

O Conselho, conseqüentemente, deverá ser um agente participativo e interativo das políticas públicas voltadas à produção territorial.

IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO...

Identificado o alvo de exploração do tema habitação, prioritariamente habitação entendida como de interesse social (HIS), o GT apresenta ao Conselho sua proposta de trabalho: desenvolver um Plano de Atuação do Conselho em Habitação de Interesse Social.

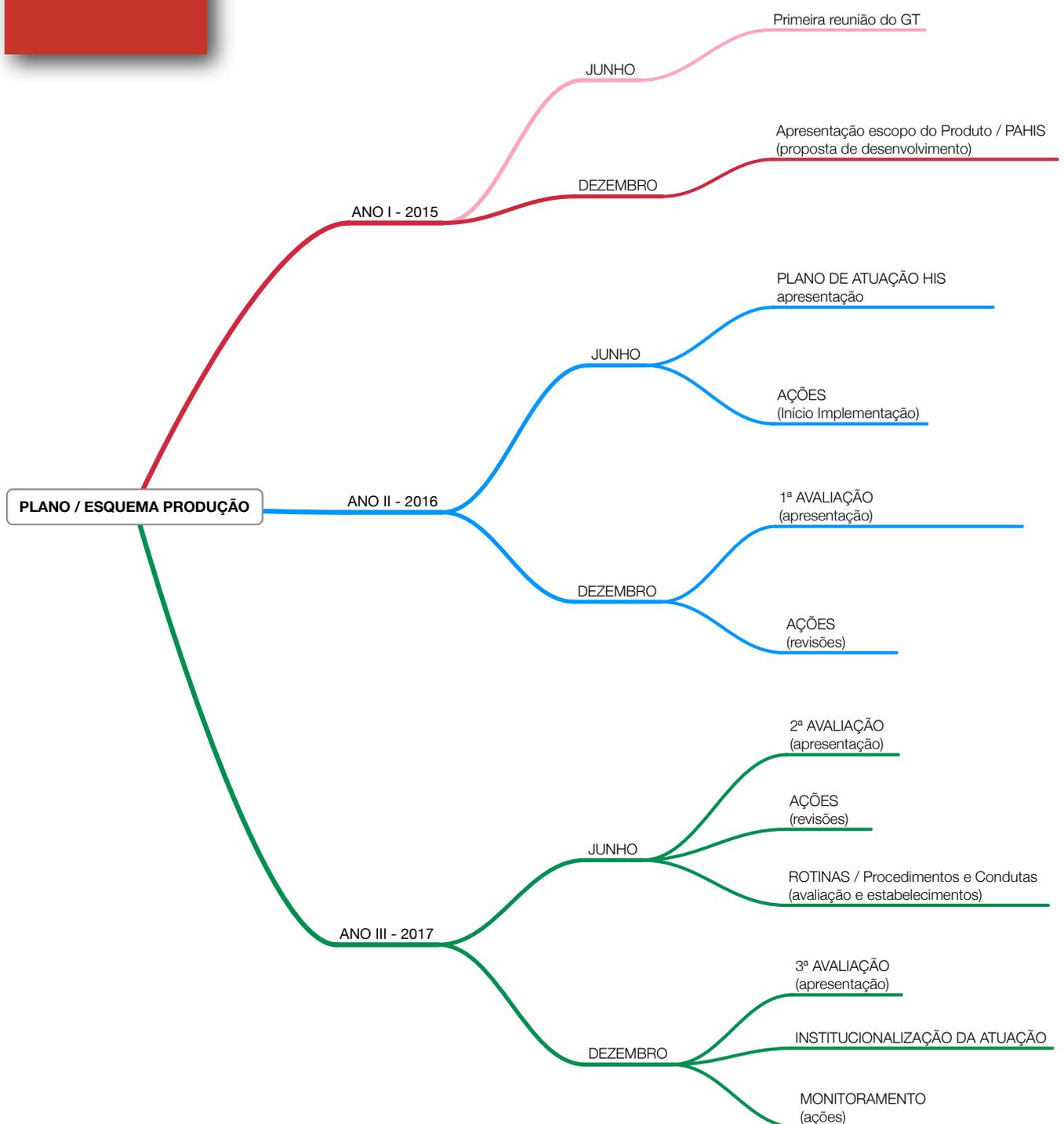


CAUSPGT HABITAÇÃO

2015 PROPOSTA 2016

HIS

DESENVOLVIMENTO..



CAUSPGT HABITAÇÃO

2015 PROPOSTA 2016

HIS

CALENDÁRIO...

Abaixo, a título de sugestão, é apresentado calendário de trabalho para o ano de 2016, identificando somente as 12 reuniões ordinárias.

DIA...

| | |
|-----------|----|
| JANEIRO | 26 |
| FEVEREIRO | 23 |
| MARÇO | 29 |
| ABRIL | 26 |
| MAIO | 31 |
| JUNHO | 28 |
| JULHO | 26 |
| AGOSTO | 30 |
| SETEMBRO | 27 |
| OUTUBRO | 25 |
| NOVEMBRO | 29 |
| DEZEMBRO | 6 |

CAUSP GT HABITAÇÃO

2015 PROPOSTA 2016

GT

ANEXOS...

A relação abaixo identifica todo o material anexado a esta proposta como “resumo de conteúdo” trabalhado pelo Grupo nas 8 reuniões realizadas até dezembro de 2015

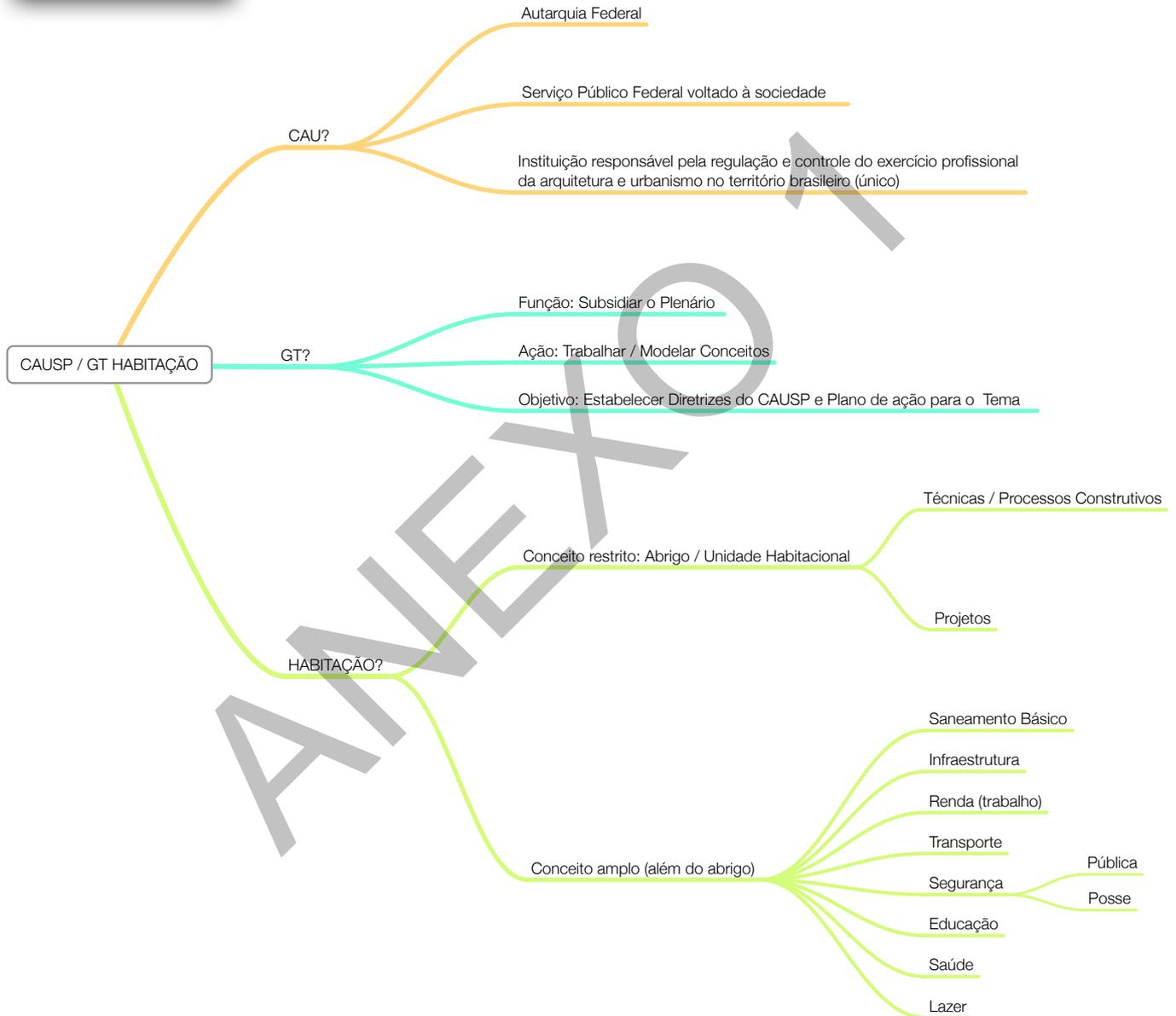
1. GTHAB RI JUN15 V2 - Resumo registro conteúdo reunião junho 2015
2. GTHAB R2 JUL15 V1 - Resumo registro conteúdo reunião julho 2015
3. GTHAB R3 AGO15 V2 - Resumo registro conteúdo reunião agosto 2015
4. GTHAB R4 SET15 V01 - Resumo registro conteúdo reunião setembro 2015
5. GTHAB R5 OUT15 V01 - Resumo registro conteúdo reunião outubro 2015
6. Duas reuniões de novembro e uma de dezembro 2015 foram destinadas ao fechamento e revisão desta proposta de trabalho

CAUSP GT HABITAÇÃO

JULHO 2015



ENTENDIMENTOS:



Na primeira reunião do GT, acordou-se iniciar “nivelando” os entendimentos sobre o cenário que abrigaria os trabalhos no intuito de beneficiar a qualidade da produção.

Assim, numa primeira “rodada”, discutiu-se o entendimento sobre a instituição Conselho, o CAU. O que é o CAU?

Na sequência, o foco de entendimento foi o próprio tema, a habitação. O que é habitação?

Completando o cenário, fechou-se um entendimento sobre o GT, grupo de trabalho específico no contexto do CAU. Qual a função do GT?

CAUSP GT HABITAÇÃO

JULHO 2015



ENTENDIMENTOS:

Para a primeira questão, naturalmente a mais densa, formou-se o seguinte entendimento: o CAU, Conselho de Arquitetura e Urbanismo, é a instituição responsável pela regulação e controle do exercício profissional da arquitetura e urbanismo no território brasileiro.

É uma autarquia federal, um serviço público federal à disposição de toda a sociedade. Um serviço público criado para a coletividade e administrado por arquitetos e urbanistas.

O Conselho é único, CAU/BR, e atua nacionalmente por meio de unidades federativas (estados).

Já para a segunda, habitação, fechou-se um entendimento de que processo de trabalho do grupo não deveria focar simplesmente o objeto construído, o abrigo, mas sim abordar o conceito mais amplo de habitação. Habitação como conjunto de relações estabelecidas, visando garantir um padrão de qualidade de vida.

Habitação é muito mais do que o abrigo propriamente dito, habitação é saneamento, infraestrutura, renda (trabalho), transporte, segurança pública, segurança na posse, educação, saúde, lazer, etc.

Para a última questão, entendeu-se que a função do GT é a de subsidiar o CAU, por meio do CAUSP, no estabelecimento de diretrizes e no processo de modelagem de atuação no tema.

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO:

1. Postura e estratégia de convivência com entendimentos divergentes sobre os discutidos no GT;
2. O CAU enquanto parceiro do estado no estabelecimento de diretrizes e também para formulação e implantação de políticas públicas.
3. Formação de uma proposta de trabalho, produto do GT, e respectivo cronograma de execução; e,
4. Outros questionamentos.

CAUSPGTHABITAÇÃO

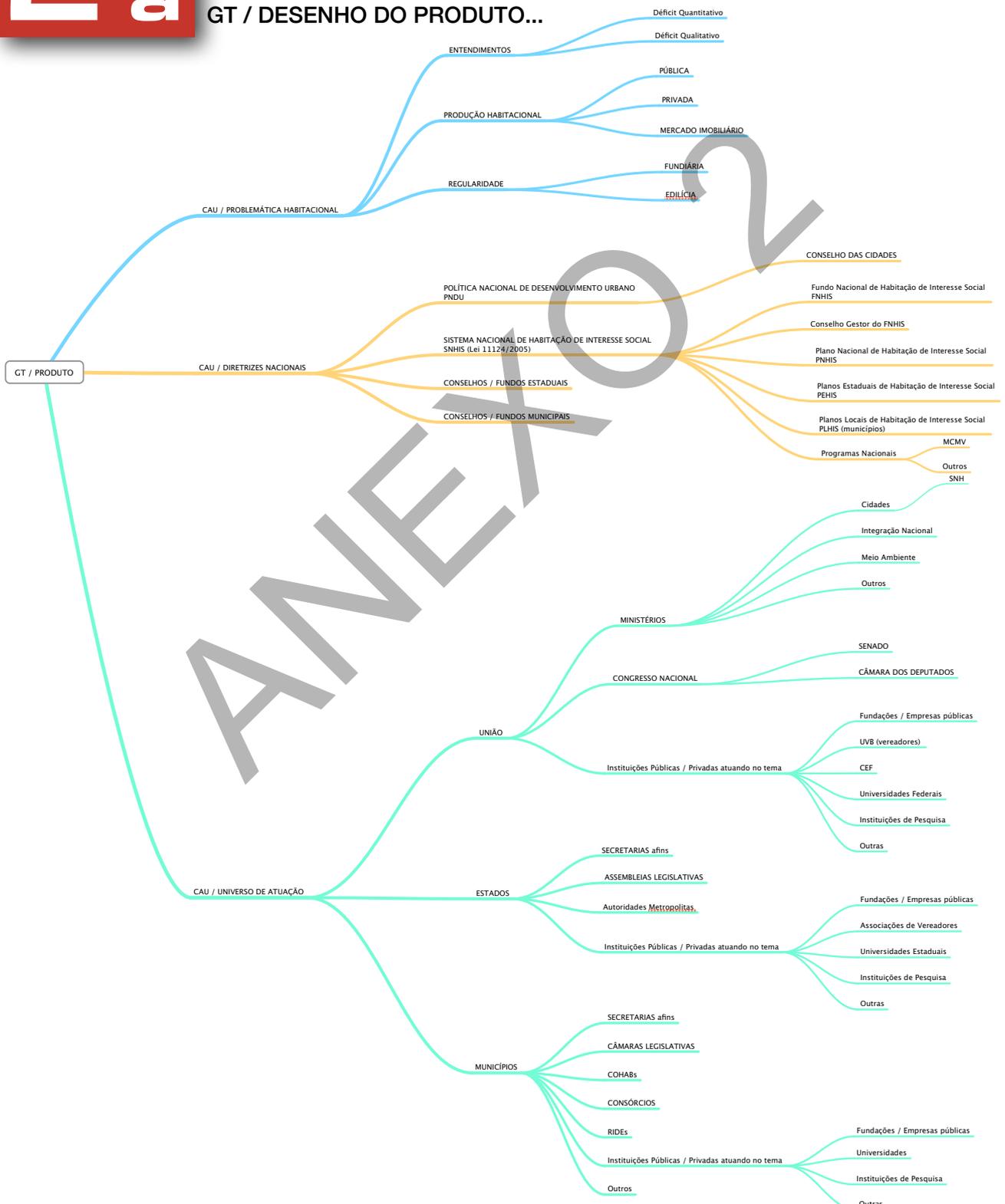
AGOSTO 2015

2ª

A segunda reunião do GT Habitação iniciou com o nivelamento de informações junto aos membros que não puderam comparecer a primeira reunião do Grupo. As questões iniciais foram abertas a esses membros que manifestaram, após uma breve discussão, concordância aos entendimentos fechados inicialmente.

Diretriz estratégica: manter esses entendimentos como balizadores para o desenvolvimento dos trabalhos

GT / DESENHO DO PRODUTO...



ANEXO 2

CAUSPGTHABITAÇÃO

AGOSTO 2015

2 b

GT / DESENHO DO PRODUTO...

Discutiu-se sobre a posição do CAU, enquanto serviço público federal, frente à problemática habitacional nacional.

Fechou-se o entendimento de que o CAU, como agente regulador e controlador do exercício da arquitetura e urbanismo no Brasil, deve apresentar e defender seus valores junto às instâncias responsáveis pela geração e implantação de políticas públicas.

O CAU deve participar e contribuir na construção de respostas aos problemas habitacionais. Para tanto, deve montar uma parceria permanente com os municípios, estados e união voltada à produção territorial compromissada com uma constante melhoria da qualidade de vida.

Produto do GT:

Viabilizar e efetivar a participação do CAU nas instâncias responsáveis pela construção, implantação e monitoramento de políticas públicas habitacionais.

Fase dos trabalhos iniciada nesta segunda reunião:

- **análise e dimensionamento do universo de atuação.**

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO:

1. O produto do GT tem como objetivo principal introduzir o CAU no contexto político nacional responsável pela construção de respostas à problemática habitacional. Quais são os limites do CAU?
2. O CAU como participante desse contexto político, deverá apresentar e defender seus valores ao tema habitação. Quais os valores do CAU para esse tema?
3. Os valores do CAU para o tema habitação são socialmente conhecidos e pela sociedade amparados?
4. Qual a relação do CAU com a sociedade?
5. O CAU enquanto autarquia, setor do executivo federal, deverá participar da construção das políticas públicas habitacionais independente da conotação, seja de estado ou de gestão?
6. Quais os entendimentos do GT sobre política de estado e política de governo (gestão)?
7. Que outras questões devemos nos ater para esta fase dos trabalhos?

CAUSPGTHABITAÇÃO

SETEMBRO 2015



A terceira reunião do GT Habitação deu continuidade ao processo de delinear o “Produto do GT”. Iniciou-se de imediato uma discussão visando a construção de respostas aos questionamentos sugeridos: limites de atuação do CAU, valores sobre o tema habitação; CAU e a sociedade, CAU frente às políticas de estado e de gestão.

GT / DESENHO DO PRODUTO...

Observação:

Posto a intensidade das discussões em função do tempo limite da reunião, optou-se pela continuidade nos meios digitais e fechamento das questões na próxima reunião.

CONSTRUÇÃO DAS RESPOSTAS:

Na sequência estão as contribuições deste membro:

1. O produto do GT tem como objetivo principal introduzir o CAU no contexto político nacional responsável pela construção de respostas à problemática habitacional. Quais são os limites do CAU?

Os limites do CAU, ou melhor, os limites de atuação do CAU são determinados pela sua condição de autarquia federal e por sua área específica de regulação e controle. Pelo viés territorial, seu limite é o território brasileiro. Como serviço público federal o CAU poderá atuar em todos os temas inerentes ao exercício da arquitetura e urbanismo. A figura jurídica de “Conselho Profissional” garante sua autonomia administrativa financeira e, principalmente, sua independência política. Assim, pode-se considerar que os limites de atuação do CAU são auto determinados.

Os limites de atuação do CAU serão, portanto, pautados pelas diretrizes por ele estabelecidas para o tema.

2. O CAU como participante desse contexto político, deverá apresentar e defender seus valores ao tema habitação. Quais os valores do CAU para esse tema?

O contexto decisório que envolve a construção de políticas públicas gera, por via de regra, um amplo, demorado e pesado confronto de interesses. Montar e implantar tais políticas é um constante processo de negociação. O CAU quando inserido nesse contexto deverá apresentar suas demandas, considerar mudanças e ajustes, como também defender diretrizes que julgar imprescindíveis e, portanto, inegociáveis.

Para tanto, o CAU precisa adotar ou formatar alguns conceitos que consolidarão os valores para balizar sua atuação sobre o tema. Tais como:

Função Social da Propriedade:

Uma das bases para garantir direitos e promover justiça social, há décadas este conceito vem sendo difundido por todo o território nacional desde a sua inclusão na Constituição Federal, está no Estatuto das Cidades, está no PNHIS e em inúmeros outros instrumentos de planejamento e diplomas legais, contudo, ainda não está absorvido pelos poderes constituídos.



GT / DESENHO DO PRODUTO...

CONSTRUÇÃO DAS RESPOSTAS: (CONTINUAÇÃO)

Função Social do Espaço Público: elemento estrutural da ocupação

O espaço público não pode mais ser a “sobra” do privado, “terra” de ninguém (sem proprietário), sempre concebido como serventia do privado. Esta lógica deve ser invertida. O espaço público deve ser produzido, criado, em função do perfil da sua demanda social. O espaço privado deverá estar subordinado e harmônico ao público.

Universalização da Tecnologia: melhoria de qualidade como vetor de inclusão social

O acesso à tecnologia promove melhorias na qualidade de vida, conseqüentemente, é imprescindível que seja uma constante em políticas habitacionais. Todos devem ter acesso à tecnologia. Uma via inicial para esse horizonte é a instituição da assistência técnica como serviço público gratuito em todo território nacional.

Equivalência entre Questões Habitacionais e Ambientais:

Habitação e meio ambiente devem ser considerados como igualmente importantes. Quanto a habitação tem maior peso, corre-se grande risco de irresponsabilidade ambiental. O inverso pode criar ou ampliar a injustiça social. A equivalência no trato entre essas realidades propicia equilíbrio e pode indicar novos caminhos para a tão esperada sustentabilidade.

3. Os valores do CAU para o tema habitação são socialmente conhecidos e pela sociedade amparados?

Pode-se afirmar que tais valores são desconhecidos pela maioria da sociedade no país, assim, conclui-se que não existe apoio. Cabe observar que a “função social da propriedade”, muito embora tenha sido um dos elementos de divulgação do Estatuto da Cidade, ficou restrito a contextos específicos junto à população organizada. Não foi e não é objeto de interesse da grande mídia “tradicional”.

4. Qual a relação do CAU com a sociedade?

Nenhuma relação foi estabelecida. O Conselho pregresso nunca adotou políticas de amplo relacionamento com a sociedade, manteve-se discreto e inerte. O CAU ainda não se mostrou socialmente, portanto, está sem vínculo e sem relacionamento.

5. O CAU enquanto autarquia, setor do executivo federal, deverá participar da construção das políticas públicas habitacionais independente da conotação, seja de estado ou de gestão?

O CAU tem total liberdade política de atuação para defender seus valores, nesse entendimento, nada o impede de participar de todos os contextos construtivos. A sua função junto à sociedade lhe impõe a obrigação de atuar na construção de políticas públicas e interagir com todos os agentes envolvidos.

CAUSPGTHABITAÇÃO

SETEMBRO 2015



GT / DESENHO DO PRODUTO...

CONSTRUÇÃO DAS RESPOSTAS: (CONTINUAÇÃO)

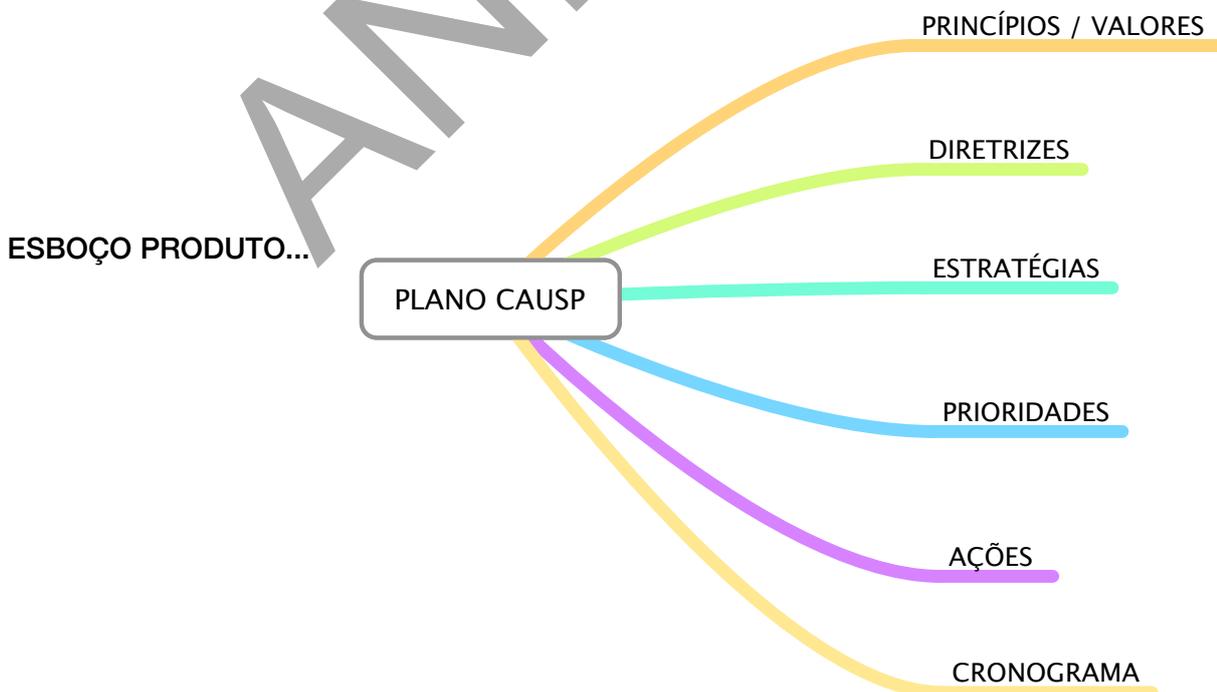
6. Quais os entendimentos do GT sobre política de estado e política de governo (gestão)?

Política de estado é o estágio superior da construção de respostas positivas e consecução dos resultados esperados frente a uma demanda ou problema social. São ações públicas com elevado grau de institucionalização, elevado nível de adesão e aceitação social. São iniciativas que não se interrompem com as mudanças de gestão, pois refletem a conquista de patamares sociais mais elevados.

As iniciativas de governo que morrem com o final dos mandatos, são simplesmente políticas de gestão.

7. Que outras questões devemos nos ater para esta fase dos trabalhos?

Uma vez fechado um entendimento sobre as questões anteriores, acredita-se que o desenho do "Produto do GT" possa ser esboçado. Na sequência, demais procedimentos e condutas poderão ser relacionados.



CAUSP GT HABITAÇÃO

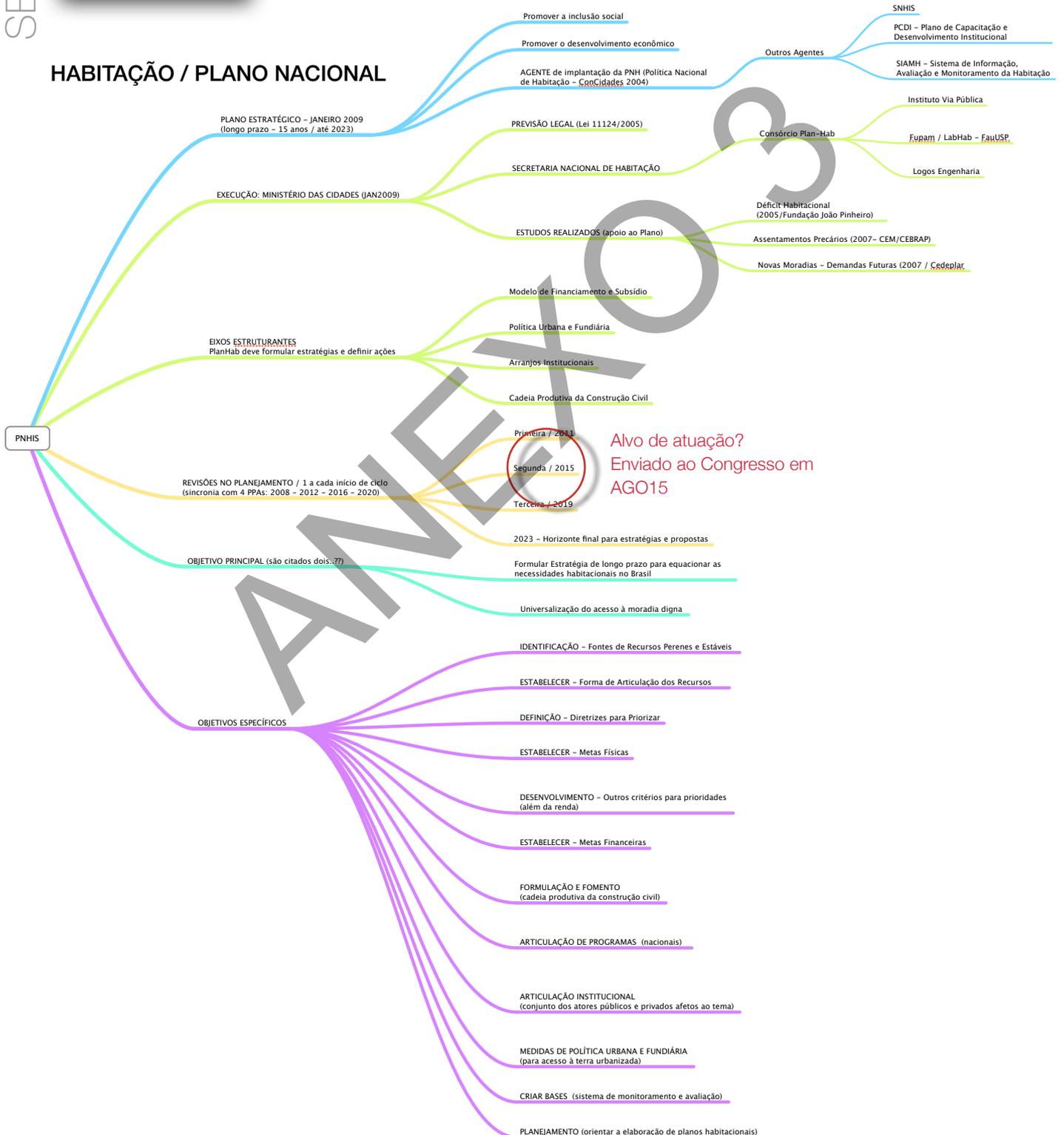
SETEMBRO 2015



Abaixo segue, para análise e considerações, esquema básico do Plano Nacional de Habitação de Interesse Social.

GT / DESENHO DO PRODUTO...

HABITAÇÃO / PLANO NACIONAL



CAUSP GT HABITAÇÃO

OUTUBRO 2015

4ª

A quarta reunião do GT Habitação continuou o processo de delinear o “Produto do GT”. O Grupo iniciou a 4ª reunião ampliando e permanecendo na discussão sobre os conceitos que deverão ser considerados como valores do CAU para o tema habitação de interesse social.

CONSTRUÇÃO DAS RESPOSTAS: (CONTINUAÇÃO II)

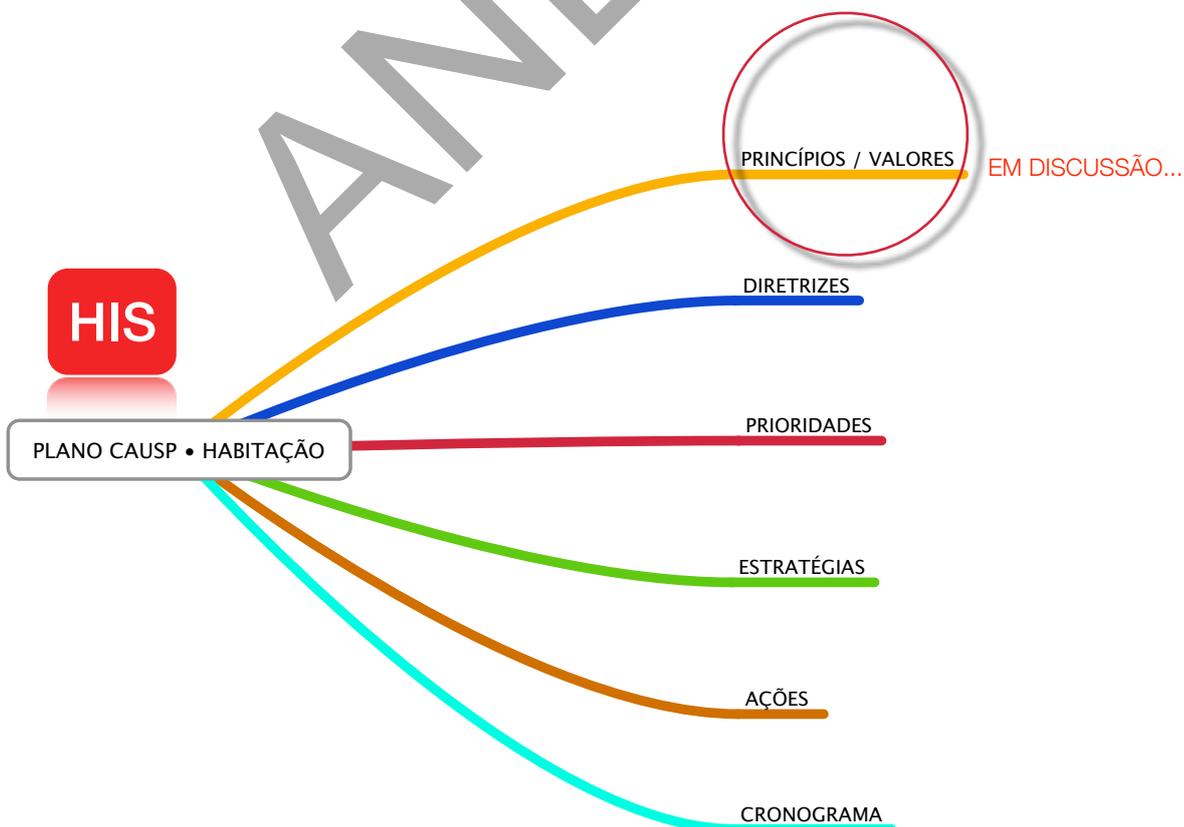
Observação: mais uma reunião foi solicitada para esta discussão.

O coordenador solicitou, frente a uma aparente inexistência de consenso, que a discussão desses conceitos continuassem virtualmente e que tais finalizações desses entendimentos fossem transferidas para a reunião de outubro.

CONCEITOS EM DISCUSSÃO...

1. função social da propriedade;
2. função social do espaço público;
3. universalização da tecnologia; e
4. equivalência entre questões habitacionais e ambientais.

GT / DESENHO DO PRODUTO...

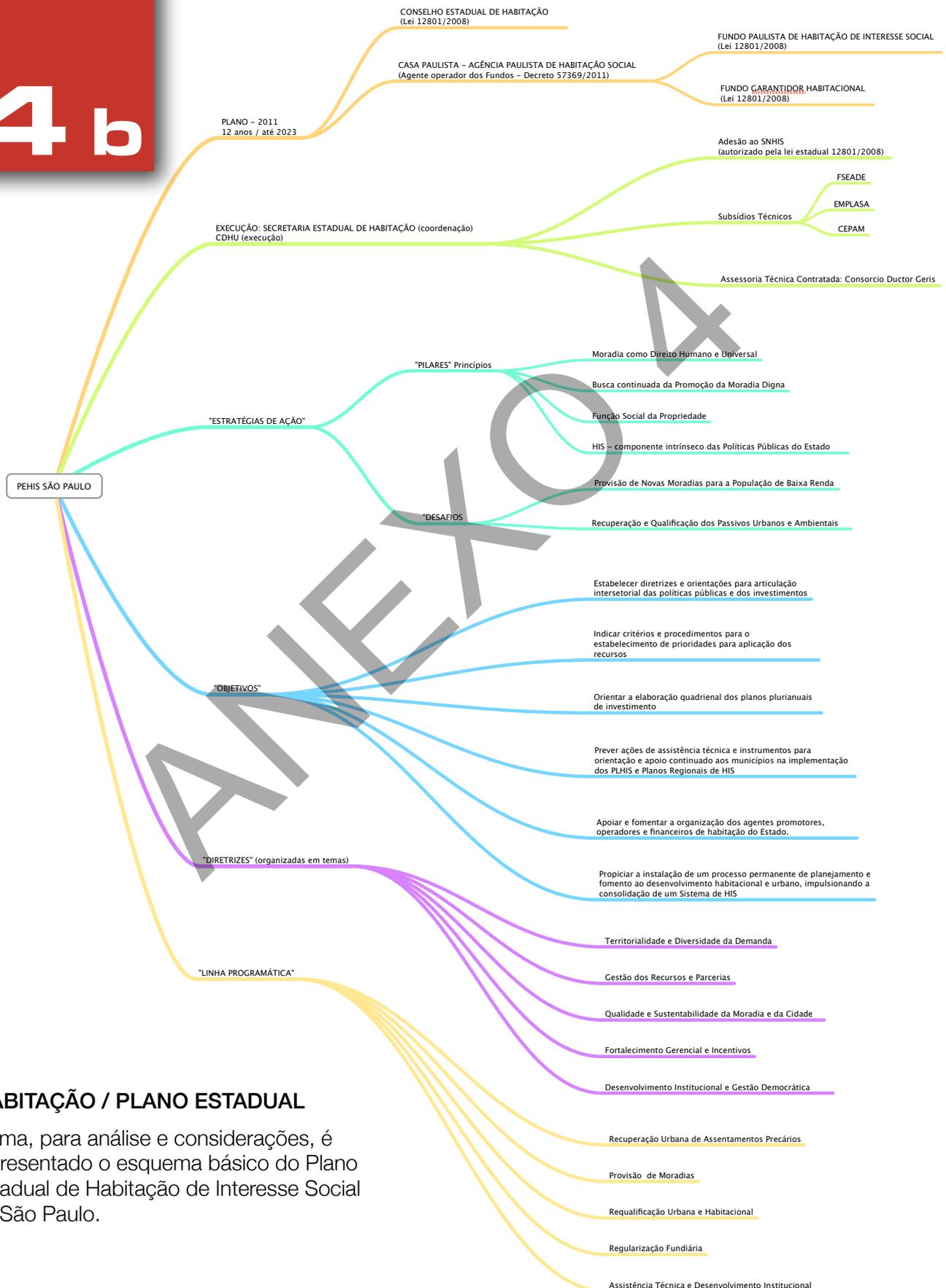


CAUSPGTHABITAÇÃO

OUTUBRO 2015

4 b

GT / DESENHO DO PRODUTO...



HABITAÇÃO / PLANO ESTADUAL

Acima, para análise e considerações, é representado o esquema básico do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social de São Paulo.

CAUSP GT HABITAÇÃO

OUTUBRO 2015

4 c

GT / DESENHO DO PRODUTO...

A sequência dos trabalhos para o “Desenho do Produto” do GT deverá definir se tal “Produto” se limitará a elaboração e implementação de um instrumento de gestão para o CAU atuar nos contextos de criação e implantação de políticas públicas voltadas às questões de habitação de interesse social. Como esquematizado na página anterior, o “Produto” será um “Plano de Atuação do CAU para HIS”.

Nessa linha, um entendimento sobre os questionamentos anteriormente levantados é fundamental para a estruturação desse Plano (Produto). Cabe também observar que o tempo informado de duração do GT, até o final de 2017, é igualmente importante para o dimensional, extensão e abrangência, dos trabalhos e, principalmente, do processo de elaboração a ser estabelecido.

